

ATO Nº 045/2018

Republicação do demonstrativo relativo ao
Relatório de Gestão Fiscal do Ministério Público
do Estado do Tocantins.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 51/2008, de 02 de janeiro de 2008, considerando as disposições contidas na Lei Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, e os princípios que regem a Administração Pública, especialmente o da publicidade;

CONSIDERANDO a alteração do valor da receita corrente líquida (RCL) pela Secretaria da Fazenda do Estado do Tocantins;

RESOLVE :

Art. 1º REPUBLICAR, na forma do anexo deste Ato, o demonstrativo relativo ao Relatório de Gestão Fiscal - 1º quadrimestre de 2018, aprovado nos termos do Ato nº 041/2018, de 29 de maio de 2018, no Diário Oficial Eletrônico do Estado do Tocantins, Edição nº 5.123, do dia 30/05/2018.

Art. 2º DISPONIBILIZAR o referido Relatório, para amplo acesso ao público, no Diário Oficial do Estado do Tocantins, no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Tocantins e no Portal da Transparência do Ministério Público do Estado do Tocantins, na página eletrônica da Internet, link seguinte: <http://mpto.mp.br/web/transparencia/#page>.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 07 de junho de 2018.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça

ESTADO DO TOCANTINS
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2017 A ABRIL DE 2018

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)														INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
LIQUIDADAS														
	Maio/2017	Junho/2017	Julho/2017	Agosto/2017	Setembro/2017	Outubro/2017	Novembro/2017	Dezembro/2017	Janeiro/2018	Fevereiro/2018	Março/2018	Abril/2018	TOTAL (12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	10.244.086,07	13.259.632,37	10.432.101,08	10.277.798,10	10.308.658,64	10.457.107,60	10.796.784,96	19.789.462,50	7.152.944,44	13.232.265,69	12.165.479,72	10.754.362,14	138.870.683,31	
Pessoal Ativo	10.244.086,07	13.259.632,37	10.432.101,08	10.277.798,10	10.308.658,64	10.457.107,60	10.796.784,96	19.789.462,50	7.152.944,44	13.232.265,69	12.165.479,72	10.754.362,14	138.870.683,31	
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	8.743.047,50	11.639.840,19	8.902.884,75	8.732.543,45	8.761.334,09	8.914.070,61	9.247.544,46	16.695.445,05	7.130.411,44	11.526.611,14	9.236.923,35	9.192.433,70	118.723.090,63	
Obrigações Patronais	1.501.038,57	1.619.792,18	1.529.216,33	1.545.254,65	1.547.323,65	1.543.036,99	1.549.240,50	3.094.017,45	22.533,00	1.705.654,55	2.928.556,37	1.561.928,44	20.147.592,68	
Benefícios Previdenciários														
Pessoal Inativo e Pensionistas														
Aposentadorias, Reserva e Reformas														
Pensões														
Outros Benefícios Previdenciários														
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)														
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)														
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	132.244,66	228.374,28	129.568,25	28.732,25	2.613,67	4.922,78	382.082,02	17.434,33	0,00	210.779,46	45.546,16	121.555,66	1.303.853,52	
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	78.860,27	177.106,05	78.300,02	21.480,36	2.613,67	4.922,78	297.696,29	16.157,71			15.137,95	14.286,39	706.561,49	
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	53.384,39	51.268,23	51.268,23	7.251,89			84.383,73	1.276,62		210.779,46	30.418,21	107.269,27	597.292,03	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados														
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	10.111.841,41	13.031.258,09	10.302.532,83	10.249.065,85	10.306.044,97	10.452.184,82	10.414.702,94	19.772.028,17	7.152.944,44	13.021.486,23	12.119.933,56	10.632.806,48	137.566.829,79	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL.														
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)														
(I -) Transferências obrigatórias de União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)														
= RECEITA CORRENTE LIQUIDA AJUSTADA (VI)														
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III + IV)														
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)														1,92%
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)														1,90%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)														1,80%

FONTE: Secretaria da Fazenda - RCL/Sistemas SIAFEM e SIAFETO, Unidade Responsável 070/00. Data de emissão 05.06.2018 e hora de emissão 16:09h

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuado a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

NOTA.

NOTA 1. Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão agrupadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64.

b) Despesas comprometidas mas não liquidadas, inscritas em restos a pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício por força do art. 35, inciso II, da Lei 4.320/64.

NOTA 2. As contribuições patronais referentes ao plano de saúde - PLSA/MSD - perfizeram um valor de R\$ 755,98 e não foram consideradas para fins de apuração dos limites de despesa com pessoal por não estarem abrangidos pelo art. 18 da LRF, conforme Acórdão TCU nº 894/12.

NOTA 3. Foram inscritas em restos a pagar não processados no exercício de 2017 o valor de R\$ 1.124.145,12 sendo que no exercício de 2018 foi realizado o cancelamento de R\$ 400.457,07.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador-Geral de Justiça

MARGARETH PINTO DA SILVA COSTA
Chefe do Departamento Financeiro

EDILMA DIAS NEGREIROS LOPES
Chefe da Controladoria Interna

LEONARDO ROSENDO DOS SANTOS
Controlador CRC-TO 0002749/0-0